

'Inquérito de mil dias' do STF abre debates sobre excessos

Milícias Digitais

'Inquérito dos mil dias' no Supremo abre discussão sobre excessos da Corte

Com previsão inicial de durar três meses, investigação aumenta escopo e rol de envolvidos; inclusão do nome de Elon Musk ampliou debate sobre atuação do STF

JULIA AFFONSO HUGO HENUD

O inquérito das milícias digitais, que incluiu na última semana a conduta do empresário bilionário Elon Musk, já ouviu um ex-assessor do ex-presidente americano Donald Trump, o "guru" bolsonarista Olavo de Carvalho e até um cover do cantor Roberto Carlos que atuava como comentarista político na internet. A investigação foi aberta em julho de 2021 e ganhou ramificações, ao longo dos últimos anos, que atingiram também o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL).

Levantamento do Estádio em documentos do inquérito principal identificou que ao menos 22 pessoas já prestaram depoimento à Polícia Federal. Como a investigação relatada pelo ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes tem subdivisões que tramitam em sigilo, o número de investigados ouvidos pela PF é maior.

A apuração sobre as milícias digitais tem sido alvo de críticas pela duração e abrangência de seu escopo. Em fevereiro, ao autorizar uma operação contra Bolsonaro e aliados, Alexandre de Moraes registrou que a investigação tinha cinco frentes, que iam desde ataques virtuais a opositores a medidas sanitárias na pandemia, passando por tentativa de golpe, até o caso das joias, revelado pelo Estádio.

Inicialmente, a apuração duraria 90 dias. Até o momento, o inquérito foi prorrogado dez vezes, e o novo prazo de expiração, pedido pela PF, é de 13 de setembro - cerca de 20 dias antes das eleições municipais. A investigação já dura 1.018 dias.

Os recentes embates entre Elon Musk e Alexandre de Moraes reacenderam o debate sobre possíveis excessos cometidos pelo magistrado da Corte, especialmente após a inclusão do bilionário no inquérito e a abertura de investigação por obstrução à Justiça contra ele.

Juristas ouvidos pelo Estádio admitem que o episódio tem o potencial de dar munição à tese de que o magistrado pode estar atuando para além de suas competências judi-

Para lembrar O passo a passo da investigação de 1.018 dias

Atos antidemocráticos O ministro do STF Alexandre de Moraes abriu o inquérito das milícias digitais na esteira do arquivamento da investigação sobre atos antidemocráticos em frente a quartéis do Exército em abril de 2020.



Delação premiada Em setembro do ano passado, Moraes homologou a delação premiada do tenente-coronel Mauro César Cid, ex-adjunto de ordens de Bolsonaro. Alguns dos citados se tornaram alvo da Operação Tempus Veritatis, deflagrada pela Polícia Federal em fevereiro, que atingiu o próprio Bolsonaro, além de ex-ministros e aliados políticos. Quatro ex-assessores tiveram a prisão preventiva decretada.



Elon Musk Na última semana, o bilionário Elon Musk, dono do X (antigo Twitter) foi incluído como investigado no inquérito por "dolosa instrumentalização" da rede social. Moraes determinou que o X se abstenha de "desobedecer qual quer ordem judicial já emanada" pela Justiça brasileira.



ciais. Os especialistas rechaçam, no entanto, a ideia de que Moraes tem agido para perseguir Jair Bolsonaro, como alegam aliados do ex-presidente.

O professor de Direito Processual Penal da USP Gustavo Badaró resalta que este tipo de conduta, além de excessiva, suscita dúvidas sobre a imparcialidade de Moraes. "Quando um ministro determina a inclusão de alguém como investigado em um inquérito e depois esse mesmo ministro toma decisões judiciais como relator do mesmo inquérito, me parece que há uma clara perda de imparcialidade."

Na avaliação do doutor em direito penal pela USP Marcelo Crespo a decisão de Moraes contra Musk pulou etapas, porque foi tomada à revelia da Procuradoria-Geral da República (PGR), que é a instituição responsável por investigar e denunciar criminalmente. "Moraes está antecipando movimentos que deveriam ser naturalmente da PGR. O debate não é o mérito, mas o caminho como se deu", avalia.

'CONEXÃO PROBATÓRIA'. Alexandre de Moraes abriu o inquérito das milícias digitais na esteira do arquivamento da investigação sobre atos antidemocráticos em frente a quartéis do Exército, em abril de 2020. Na ocasião, o ministro determinou que a nova apuração seria distribuída "por prevenção", ou seja, por dependência, ao inquérito sobre as manifestações de cunho golpista, que também estava com ele. A apuração, então, ficou sob sua relatoria.

Ao apontar a necessidade de abrir a investigação, Moraes registrou que havia "fortes indícios e significativas provas" que apontavam para "a existência de uma verdadeira organização criminoso, de forte atuação digital e com núcleos de produção, publicação, financiamento e político". O ministro definiu que o inquérito das milícias digitais ficaria sob responsabilidade da mesma equipe da Polícia Federal que havia chefiado as investigações sobre os atos antidemocráticos, "em virtude da conexão probatória".

Na lista de depoimentos colhidos no inquérito principal,

estão assessores de parlamentares bolsonaristas, apoiadores do ex-presidente, personalidades estrangeiras e integrantes do governo anterior - como o ex-secretário nacional de Justiça José Vicente Santini, o ex-diretor de Programa do Ministério da Educação Ricardo Wagner Roquetti e o ex-assessor de Assuntos Internacionais de Bolsonaro Filipe Garcia Martins.

COVER DE ROBERTO CARLOS. Nos quase três anos em que o inquérito está aberto, Moraes já tomou outras decisões, como ordenar a prisão e solicitar a extradição do blogueiro bolsonarista Allan dos Santos, fofagado nos Estados Unidos, e afastar o ex-deputado Roberto Jefferson da presidência de seu partido, o PTB (atual PRD, Partido da Renovação Democrática). O ministro também mandou o economista Marcos Cintra parar de publicar "fake news" no X (antigo Twitter).

Declarações Ao menos 22 pessoas já prestaram depoimento à PF, mas número de investigados é maior

Em setembro de 2021, a Polícia Federal interrogou o então presidente da rede social Getir, Jason Miller - conselheiro do ex-presidente Donald Trump - no aeroporto internacional de Brasília. Miller contou que havia chegado ao Brasil para participar da Conferência de Ação Política Conservadora (CPAC), conhecida por reunir as principais autoridades da direita mundial. "Indagado (sobre) quem realizou o convite, respondeu que não irá mencionar o nome das pessoas que realizaram o convite, pois não considera essa informação relevante", diz o trecho do documento.

Dias depois do depoimento do ex-assessor de Trump, também em setembro de 2021, a Polícia Federal ouviu José Luiz Bonito, um cover do cantor Roberto Carlos que atuava como comentarista político no YouTube. Bonito esteve na Superintendência da PF em Brasília e foi questionado, por exemplo, sobre os sistemas do

Tribunal Superior Eleitoral. Apoiador de Bolsonaro, ele declarou que não tinha conhecimento técnico sobre o assunto e se informava por lives do ex-presidente. "Indagado se realiza um processo de checagem de conteúdo do que é publicado em suas redes sociais, respondeu que sim", registrou o depoimento.

Em novembro de 2021, foi a vez de a Polícia Federal questionar o ideólogo Olavo de Carvalho. Na ocasião, ele negou manter relação com Bolsonaro e dois de seus filhos, o deputado Eduardo Bolsonaro (PL-SP) e o vereador Carlos Bolsonaro (Republicanos-RJ), e reconheceu ter sugerido o nome de Ernesto Araújo para ser ministro das Relações Exteriores e de Ricardo Velez para o Ministério da Educação. Olavo de Carvalho morreu em janeiro de 2022, aos 74 anos.

A apuração sobre as milícias digitais tem ramificações que tramitam em sigilo no STF. Em setembro do ano passado, o ministro Alexandre de Moraes homologou a delação premiada do tenente-coronel Mauro César Cid, ex-adjunto de ordens de Bolsonaro, no bojo deste inquérito e de investigações conexas.

O militar citou, por exemplo, os nomes de Filipe Martins e do general Walter Braga Netto - ex-ministro da Defesa e da Casa Civil de Bolsonaro. Ambos se tornaram alvo da Operação Tempus Veritatis, deflagrada pela Polícia Federal em fevereiro deste ano para apurar uma tentativa de golpe de Estado e a abolição do Estado Democrático de Direito depois das eleições de 2022.

BOLSONARO. A ação foi autorizada por Alexandre de Moraes e atingiu o próprio Bolsonaro, além de ex-ministros e aliados políticos. Moraes decretou a prisão preventiva de quatro ex-assessores de Jair Bolsonaro: Bernardo Romão Correa Neto, Filipe Garcia Martins, Marcelo Câmara e Rafael Martins de Oliveira. O ministro mandou ainda apreender o passaporte do ex-presidente.

Procurados, o STF, a Procuradoria-Geral da República (PGR) e a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) não comentaram. ●

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal O Estado de S. Paulo

Seção: Política Caderno: A Página: 6